

**Veja**

**28/1/1987**

**SINDICATOS**

### **O pacto de ninguém**

*Empresários e CGT têm a mesma conclusão sobre a conversa liderada por Pazzianotto: nada feito*

A cena que ilustra o alto desta página é o único resultado visível de uma proposta que o governo batizou de Pacto Social e depois de Entendimento Nacional — uma fotografia. Durante um mês, o ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho, patrocinou onze reuniões com dirigentes sindicais e empresários, gastando 57 horas em discussões sobre salários e preços — e na semana passada, em duas ocasiões, lideranças de um lado e de outro se encontraram na sala de reuniões do ministério para posar diante das câmaras dos fotógrafos de jornais e dos cinegrafistas. Num dos primeiros encontros, no final do ano passado, Pazzianotto ficou sabendo que a CUT, central sindical controlada pelo PT e adversária do governo, não iria fazer parte dessas conversas — achava mais proveitoso discutir suas reivindicações diretamente com o presidente José Sarney, numa audiência sem data marcada para se realizar. Na última reunião, foi o presidente da CGT, mais moderada, quem preferiu não comparecer. Desanimado com o rumo das discussões travadas até ali, o experimentado Joaquim dos Santos Andrade, o "Joaquinzão", que esteve na reunião de terça-feira, quando foi feita a foto, livrou-se de uma nova jornada de 10 horas de debates, tão áridos quanto infrutíferos, com uma desculpa astuciosa — seus assessores não teriam conseguido encontrar uma passagem que lhe permitisse tomar o avião para Brasília na manhã da última quinta-feira.

"Não acredito num acordo", afirma Joaquinzão. Incapazes de chegar a um entendimento a respeito de um restaurante para jantar depois que tiraram a fotografia, empresários e sindicalistas encerraram a temporada de encontros com um único consenso, que diz respeito aos ganhos permitidos pelas atividades promovidas no gabinete de Almir Pazzianotto. "Pura perda de tempo", afirma Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Em vez de aparar arestas, as reuniões acabaram servindo para aumentar as dificuldades de um campo e de outro. Se os empresários chegaram a Brasília insistindo na tecla de que os preços deveriam ser reajustados em 25%, os sindicalistas rebateram que seria necessário decretar um aumento de 43% nos salários e, na quinta-feira, Mário Amato achava que a reivindicação inicial das empresas era baixa demais. "Ou há um realinhamento imediato ou paramos São Paulo", afirmou. "São 130 000 empresas que vão parar de produzir, e tenho recebido inúmeros telegramas nos condenando por aceitar apenas 25% no realinhamento."

**EXPLOÇÃO DE NERVOS** — Conhecido por sua cordialidade, pesava nos ombros de Pazzianotto, na semana passada, o chumbo quente do ministro Dilson Funaro, adversário de boa parte das sugestões que o titular do Trabalho tem apresentado ao governo. A certa altura da reunião de quinta-feira, Pazzianotto teve uma explosão de nervos. Quando empresários e sindicalistas se separaram para acertar os ponteiros de seus próprios interesses, o ministro do Trabalho ficou conversando com os líderes da CGT e da USI, enquanto o empresário Paulo Francini, assessor do ministro Dilson Funaro, animava uma roda de empresários. Pazzianotto não gostou da desenvoltura de Francini junto aos empregadores e reclamou disso em voz alta. "O Francini está aqui como empresário ou membro do governo?", quis saber, irritado. Como o próprio Francini ficasse em silêncio, Mário Amato respondeu, sem perder a calma. "Como membro do governo", disse, ainda aturdido pela intervenção de Pazzianotto.

O ministro do Trabalho, num volume cada vez mais intenso, prosseguiu na investida. Na frente de todos, disse a Francini que era tão ministro como Dilson Funaro e que a articulação do

Pacto Social cabia à sua pasta, e não ao Ministério da Fazenda. "O espírito da dignidade tem marcado estas negociações se isso não deve mudar", queixou-se Pazzianotto. Atônito, Francini ficou em silêncio. Pazzianotto lançou-se na costura do pacto no fim de dezembro quando a estrela de Funaro parecia estar se apagando. Desde que ela voltou a mostrar alguma luz, Pazzianotto, sem mercadoria política para levar ao Planalto, descobriu que recebera um trampolim, mas que, enquanto saltava, a recuperação do ministro da Fazenda esvaziou-lhe a piscina.

Na semana passada, enquanto Joaquinção ia ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do qual foi presidente durante vinte anos, para fazer a barba e conversar com os dirigentes da categoria, que ameaçam organizar uma greve de 300 000 empregados para conseguir um reajuste de 22% nos salários, Pazzianotto recebia, em Brasília, lideranças secundárias da CGT e o primeiro escalão da USI, a menor das centrais sindicais do país, que respalda todos os governos instalados em Brasília desde 1964. O encontro foi tenso e teve início comum apelo de Pazzianotto, que tentava envolver seus interlocutores num diálogo mais consistente. "Não estou falando retoricamente", disse o ministro. "Esta reunião foi convocada para discutir salários e preços e para tentar evitar o colapso econômico." Havia, porém, uma dificuldade de base para convencer as duas partes a realizar uma discussão em profundidade. "Já há um acordo selado do Funaro com os empresários", afirmava Ricardo Baldino, vice-presidente da CGT, na própria quinta-feira, tocando no ponto central do problema. "Sai o realinhamento dos preços, mas ninguém sabe o que vai acontecer com os salários."

**INJEÇÃO DE PROTEÍNA** — Esterilizado pela sombra de Funaro, Pazzianotto aproveitou os intervalos das reuniões da semana passada para armar duas investidas com a finalidade de recuperar o terreno perdido. Na segunda-feira, quando o presidente José Sarney reuniu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, organismo que planeja aplicar 150 bilhões de cruzados no auxílio às populações carentes, o ministro do Trabalho mostrou-se disposto a fazer valer sua biografia de valente advogado dos sindicatos do ABC. Num determinado momento, afirmou que, em vez de tentar consertar as mazelas da questão social através de donativos, o governo faria melhor se atacasse o problema de frente — procurando modificar o perfil da distribuição de renda do país. Mesmo apoiada pelo economista Celso Furtado, ministro da Cultura, e por Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social, a idéia de Pazzianotto não prosperou — e o conselho encerrou suas discussões tratando do planejamento familiar (leia reportagem à pág. 86).

Nesse mesmo dia, à noite, Pazzianotto foi buscar uma nova carga de proteína num jantar com o presidente José Sarney — mas a injeção não foi suficiente. Já circulava, então, o plano do governo a respeito do salário mínimo, que seria elevado dos atuais 804 cruzados para um patamar de 1 500. O ministro do Trabalho gostaria de fechar questão em torno do assunto, garantindo, assim, uma boa munição para conversar com os sindicatos nas reuniões que teria ao longo da semana. Mas o presidente, de ouvidos cada vez mais atentos às ponderações de Funaro, assustado como impacto inflacionário da medida, explicou-lhe que o governo não deveria comprometer-se com números concretos. Por essa via, o novo salário mínimo, que seria uma medalha para o ministro do Trabalho carregar no peito, acabou se transformando num pesadelo para Pazzianotto. Os empresários queriam saber quais eram os números do governo para acertar a vida de 40% dos assalariados do país e assistiram, desconcertados, ao ministro, que falava em seu nome, pedir um tempo, sair da sala para reunir-se com seus assessores e retornar, 20 minutos depois, sem nada demais elaborado para ser posto à mesa. Ao longo de outros encontros, o empresário Albano Franco, da Confederação Nacional das Indústrias, chegara a propor que o mínimo subisse para 1 320 cruzados. Também se chegou a abrir uma conversa a partir de 1 200 cruzados, sugestão de Antonio de Oliveira Santos, da Confederação do Comércio. Na quinta-feira, porém, os empresários não tinham uma posição de conjunto — enquanto a CGT defendia sua elevação imediata para 2 100 cruzados e,

através de reajustes trimestrais, alcançasse a marca dos 4 800 cruzados. "Não podemos ser irresponsáveis e quebrar o caixa de muita gente", disse Roberto Bornhausen, representante dos bancos. "As indústrias do Sul certamente suportariam um aumento considerável do mínimo", ponderou Albano Franco. "Mas no Nordeste e no interior do país seria uma quebradeira." Na discussão sobre os preços, o ministro do Trabalho sugeriu a criação de um órgão que, reunindo os empresários, os trabalhadores e o governo, pudesse realizar uma fiscalização nacional contra as remarcações. "Isso é criar o comissariado do povo", disse um empresário. "É socialismo, ministro."

"VOU DECRETAR" — Na tarde de sexta-feira, cada vez mais incrédulo diante das chances de se chegar a um acordo no item dos salários, Joaquim dos Santos Andrade anunciou, numa entrevista coletiva, em São Paulo, a intenção de agir com dureza no combate aos preços. "Se os empresários falam em desobediência civil, por que não podemos fiscalizar para valer?", disse. Pelo plano exposto por Joaquinção, essa fiscalização abriria um regime de vale-tudo no comércio. "Se o pão for vendido acima do preço permitido, quebra-se tudo, arrancando o pão da mão do vendedor para distribuir ao povo." Passando por momentos penosos nas discussões com empresários, Pazzianotto também enfrentou um diálogo difícil quando se sentou para uma conversa em separado com as lideranças sindicais.

Decepcionados com seu silêncio, imaginando que por trás dele se escondesse um lance de astúcia, os líderes da CGT quiseram saber qual era, afinal, a proposta do governo. "Eu vou decretar o mínimo", garantiu o ministro, fugindo dos números. "Vou colocá-lo na mesa do presidente Sarney e ele será aprovado, independentemente do Funaro." Como os sindicalistas quisessem saber mais, Pazzianotto ainda prosseguiu. "Sei que vocês irão me vaiar, mas a imprensa e a opinião pública vão me aplaudir", disse.

Num quadro recheado por tantas dificuldades e lances teatrais de todas as partes, a conversa de empresários e sindicatos prosperou, num diálogo mais discreto, na quinta-feira. "Temos de fazer todos os esforços para sair daqui com uma proposta concreta", afirmou Albano Franco, puxando Ricardo Baldino para uma conversa de lado. Ali surgiu uma idéia que, se der certo, pode levar a CGT a respaldar o realinhamento de preços — ou, pelo menos, desistir das ameaças de novas paralisações para bloquear o pacote de mudanças. Baldino sugeriu uma mudança no gatilho, que seria disparado com o índice de 25% em janeiro — e mais uma vez em fevereiro, na mesma altura. "É uma tentativa de facilitar o entendimento", diz Baldino de olho no último encontro com empresários, marcado para esta quinta-feira, 29.

USINAS EXAUSTAS — Armando o cenário de um acordo com a finalidade de permitir à área econômica enfrentar a inflação sem apressão dos sindicatos, o governo iniciou a semana com um olho nos gabinetes de Brasília — e outro na porta das fábricas, onde se teme, desde o pacote de 21 de novembro, um turbilhão de paralisações semelhante ao que ocorria no país antes do Plano Cruzado. Na segunda-feira, inquieto com o fato de a CUT permanecer à margem das negociações, o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, chegou a dizer que a entidade acabaria mudando de posição. "Não é possível que lá não existam bons brasileiros", afirmou o ministro à saída de um almoço com o governador Franco Montoro, de São Paulo, dando a entender que a adesão a uma proposta de Brasília poderia separar os bons cidadãos dos maus. Na prática, porém, se o descongelamento dos preços derrubou a popularidade do presidente José Sarney, nem por isso os sindicatos estão com mais facilidade para mobilizar suas categorias num confronto contra o governo — como se via, também, na semana passada, quando menos de 50 000 empregados estavam de braços cruzados, parcela bem menor que os 100 000 parados de janeiro de 1986.

Na greve de maior porte, 30 000 eletricitários cruzaram os braços por aumento de salário no Rio e em São Paulo — mas a paralisação não foi geral em nenhum dos dois Estados. No Rio, a adesão foi muito pequena fora da capital e, em São Paulo, a mobilização já começava a se

esvaziar na sexta-feira, quando os funcionários da Companhia Paulista de Força e Luz decidiram voltar ao trabalho. As assembléias, que reuniam 10 000 pessoas no início da paralisação, já não atraíam a metade da quantidade inicial. Na sexta-feira, num esforço para animar seus liderados, Rogério Magri, presidente do sindicato, ligado à CGT, lançou uma ameaça sobre os 4,5 milhões de cidadãos que consomem a energia produzida pelas empresas paralisadas. "Vamos cortar a luz se as empresas não quiserem negociar as reivindicações", disse ele, provocando uma divisão na assembléia, num sinal seguro de que a hidrelétrica dos funcionários parados se aproxima do ponto de exaustão. "Isso seria uma irresponsabilidade", acusa Roberto Facchi, líder da corrente ligada à CUT.

Na semana passada, os sindicatos estavam em paz — mas Pazzianotto enfrentava as agruras de sua maior derrota dentro do governo. Mesmo dentro da CGT, a idéia de um acordo com os empresários conseguiu dividir as vozes mais importantes. Hércules Correa, dirigente do PCB responsável pela atuação sindical dos comunistas, era a favor. "Sem um entendimento, o governo terá de agir por sua própria conta, mais uma vez", afirma. No PC do B, motor da paralisação que tomou conta da Bahia na greve geral de 12 de dezembro, a ação caminhava no sentido inverso. "Somos contra esse pacto", afirma o deputado Haroldo Lima. "Sem a suspensão do pagamento da dívida, um pacto deixa de ter sentido."

**PADRE NA CADEIA** — Nessa situação, contra Pazzianotto voltou a pesar, no governo, a acusação de que ele é um corretor de confusões artificiais — gosta de armar incêndios para depois aparecer como bombeiro. Há três anos, durante a revolta dos bóias-frias de Guariba, onde uma pessoa morreu e catorze trabalhadores foram feridos a bala, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, ouviu de Pazzianotto um conselho para desmontar a mobilização — mandar prender o padre José Domingos Braghetto, da Pastoral da Terra e um dos líderes do movimento. Ao comentar essa proposição com um colega de governo, o general Ivan soube que seu efeito seria o de incendiar os canaviais. Desse episódio restou a suspeita de que Pazzianotto gostaria de ver o padre na prisão para depois agir, publicamente, em favor de sua libertação. Na greve vitoriosa dos bancários, no final de 1985, Pazzianotto defendeu, na presença do general Ivan de Souza Mendes, intervenção militar na PM de São Paulo, medida que teria o efeito de abafar o movimento. Na sexta-feira passada, desgostoso com o fracasso do pacto social e incomodado com a possibilidade de o governo abolir o gatilho nos próximos meses, o ministro Almir Pazzianotto voltou a falar em sair do governo.

**(Páginas 26, 27, 30 e 31)**